

Plano de Desenvolvimento Social

Rede Social

2009/2011

Rede Social Lousada



Ficha Técnica

Rede Social de Lousada
Plano de Desenvolvimento Social

Entidade Promotora:

Câmara Municipal de Lousada
Divisão de Acção Social

Elaborado por:

Dra. Lucília Rebelo
Dra. Sofia Santalha

Com o apoio do Núcleo Executivo:

Dra. Anabela Ferreira
Eng. António Couto dos Reis
Eng. António Moreira
Dra. Cristina Moreira
Professora Ernestina Sousa
Dra. Francisca Miranda
Mestre Marta Luísa Mendes

Conteúdo

Contextualização do Plano de Desenvolvimento Social	6
Princípios Orientadores do PDS	7
Síntese Estratégica	9
Capítulo I.....	11
PROJECTOS ESTRUTURANTES.....	11
Introdução.....	11
Visão Estratégica - Cenário de Partida	13
I - FORMAÇÃO/EMPREGO.....	13
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Formação/Emprego.....	15
I.1 - REINSERÇÃO PROFISSIONLA E EMPREENDEDORISMO	15
Projecto Estruturante – Gabinetes de Apoio Profissional e Empreendedorismo	17
Modelo de Gestão do Projecto.....	17
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Formação/Emprego.....	18
I.2 - QUALIFICAÇÃO PARA INSERIR	18
Projecto Estruturante – Comissão para a Qualificação da População de Lousada (CQPL)	20
Modelo de Gestão.....	21
Visão Estratégica - Cenário de Partida	22
II - CONTEXTOS SOCIAIS DE INTERVENÇÃO	22
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção.....	23
II.1 - ENVELHECIMENTO ACTIVO	23
Projecto Estruturante – Movimento Sénior	25
Modelo de Gestão do Projecto.....	25

Projecto Estruturante – Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente (CIIAD)	26
.....	
Modelo de Gestão do Projecto.....	27
Projecto Estruturante – Banco de Ajudas Técnicas.....	28
Modelo de Gestão do Projecto.....	28
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção.....	30
II.2 - INTERVENÇÃO FAMILIAR E PARENTAL.....	30
Projecto Estruturante - Agência de Protecção e Promoção da Família.....	32
Modelo de Gestão do Projecto.....	33
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção.....	34
II.3 - CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS INSTITUIÇÕES.....	34
Projecto Estruturante – Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada.....	36
Modelo de Gestão do Projecto.....	37
Projecto Estruturante – Plano de Qualificação das Organizações da Economia Social.....	37
Modelo de Gestão do Projecto.....	38
.....	
Visão Estratégica - Cenário de Partida.....	39
III - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INFORMAÇÃO.....	39
MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Desenvolvimento Tecnológico e Informação	
.....	40
III.1 – TRABALHO EM REDE.....	40
Projectos Estruturante - Projecto “Rede Social Virtual”.....	42
Modelo de Gestão do Projecto.....	42
Projecto estruturante - Carta da Rede dos Serviços e Equipamentos Sociais.....	42
Modelo de Gestão do Projecto.....	43
.....	
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	43
Introdução.....	43
Áreas de Excelência.....	46

Capítulo III	52
MODELO DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO.....	52
Introdução.....	52
I - INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO.....	53
<i>Nível Comunitário</i>	53
<i>Nível Regional</i>	59
II - PLANEAMENTO INTEGRADO INSTITUCIONAL	61
<i>Nível Local</i>	61
III - MODELO DE PLANEAMENTO PARTICIPADO	64
IV - PLANEAMENTO INTEGRADO DE PROJECTOS E CANDIDATURAS	65
V - AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDS	68
Monitorização.....	68
Acompanhamento.....	69
Avaliação	70
<i>Objectivos da avaliação do PDS</i>	74
<i>Metodologia de Implementação</i>	75

Contextualização do Plano de Desenvolvimento Social

Com o Plano de Desenvolvimento Social pretende-se definir as estratégias para o desenvolvimento local, retratando e projectando uma situação social que se quer atingir, numa perspectiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais.

Procura-se com todos os parceiros sociais combater algumas das necessidades sociais do concelho e é através da participação de todos, da iniciativa e responsabilização que se desenvolverá as possíveis soluções.

A implementação do PDS coloca, assim, o desafio de sustentar a dinâmica institucional construída na fase do Diagnóstico Social e agora, no planeamento. Os parceiros participaram activamente neste processo, tendo implicação no Plano de Acção assim como na disponibilização e gestão de recursos para a execução destes.

O PDS vem desenhar a situação da realidade social a que pretendemos chegar e estrutura-se pelos capítulos seguidamente desenvolvidos.

Princípios Orientadores do PDS

A elaboração do PDS orientou-se por um conjunto de princípios técnicos, metodológicos, e de política de intervenção:

Princípios técnicos da intervenção

De acordo com a metodologia e princípios (subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação) da intervenção da Rede Social ao nível do planeamento, intervenção e avaliação, também o PDS assenta na:

- ✓ **Territorialização** - As intervenções são pensadas na perspectiva do território e não das instituições;
- ✓ **Integração e visão sistémica** - O diagnóstico integrado das causalidades gera uma abordagem integrada das múltiplas dimensões da problemática;
- ✓ **Multidisciplinaridade** - A intervenção multidisciplinar em equipa inter-institucional é um pressuposto chave de toda a intervenção.

Princípios metodológicos do planeamento

- ✓ **Participação e negociação inter – institucional como método de negociação** - As instituições são o centro do processo participativo de planeamento de modo a se apropriarem da visão de mudança produzida e construírem compromissos para a intervenção;
- ✓ **Integração em níveis horizontais de decisão e execução** - As instituições participam ao nível técnico na elaboração e construção da intervenção e ao nível da decisão para negociação e disponibilização de recursos e implicação;

- ✓ **Utilização de standards de planeamento** - O PDS aplica e utiliza no seu processo de planeamento, onde possível, os standards de planeamento em vigor.

Princípios políticos de intervenção

- ✓ **Subsidiariedade** - Proximidade dos actores da decisão sobre os problemas;
- ✓ **Inovação** - Intervenções inovadoras e acordo com necessidades emergentes;
- ✓ **Integração em rede** - Integração das capacidades e recursos numa óptica de sinergia e complementaridade dos recursos.

Síntese Estratégica

Área de Intervenção	Eixo de Intervenção	Projectos Estruturantes	Objectivo Geral
EMPREGO/FORMAÇÃO	Eixo 1 - Reinserção profissional e empreendedorismo	- Gabinetes de apoio profissional e empreendedorismo	Em 2011 Lousada é um território empreendedor com oportunidades de inserção e requalificação profissional de desempregados, investindo no desenvolvimento da investigação para a atracção de investimentos.
	Eixo 2 - Qualificar para Inserir	- Comissão para a Qualificação da População de Lousada	Em 2011 Lousada tem uma oferta formativa concertada e diversifica tendo em conta as necessidades emergentes das novas áreas de investimento.
CONTEXTOS SOCIAIS DE INTERVENÇÃO	Eixo 3 - Envelhecimento activo	- Movimento Sénior - Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente - Banco de Ajudas Técnicas	Em 2011 o concelho está coberto com uma rede de respostas que garantam a qualidade de vida da população idosa.

	Eixo 4 - Intervenção Familiar e Parental	- Agência de Protecção e Promoção da Família	Em 2011 as famílias com necessidades de intervenção familiar e parental sinalizadas pelos serviços adquiriram capacidades ao nível das atitudes e comportamentos pessoais, sociais e parentais, prevenindo desta forma situações de perigo.
	Eixo 5 - Capacitação da Comunidade e das Instituições	- Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada - Plano de Qualidade para as Organizações da Economia Social	Em 2011 as instituições, técnicos e comunidade em geral vêm reforçada a sua capacidade para responder/enfrentar as necessidades sociais.
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INFORMAÇÃO	Eixo 6 - Trabalho em Rede	- Rede Social Virtual - Carta da Rede dos Serviços e Equipamentos Sociais	Em 2011 a Rede Social de Lousada tem ao seu dispor uma plataforma colaborativa de trabalho, informação e comunicação de suporte ao planeamento, programação, execução e avaliação de iniciativas de desenvolvimento local.

Capítulo I

PROJECTOS ESTRUTURANTES

Introdução

Este capítulo pretende apresentar resumidamente os projectos que os parceiros da Rede Social de Lousada procuraram delinear para a intervenção, com vista a promover o desenvolvimento social, respondendo a problemáticas cuja resolução se pode vir a traduzir num salto qualitativo em relação ao ponto de partida, isto é, os problemas sociais e as necessidades prioritárias do concelho de Lousada.

Estes projectos são estruturantes por reunirem várias dimensões dos problemas a resolver; por tentarem criar soluções em várias áreas/ sectores de intervenção; por serem planeados em conjunto; por se estabelecer consensualmente parcerias e co-responsabilização; por apresentar um modelo de gestão e de avaliação. Os projectos têm como principal função a elaboração de um *protocolo* (regula a parceria) de parceria a anexar a cada um dos projectos, onde os parceiros se comprometem na execução das acções delineadas nos respectivos planos operacionais, que constarão no Plano de Acção.

Considerando os pressupostos de uma metodologia participativa dos projectos, é de referir que o planeamento adquire o seu pleno sentido se for participado, porque os processos de mudança necessitam da adesão, vontade e responsabilidade daqueles que têm os recursos para transformar, pelo que os *custos* dos projectos são salvaguardados através da parceria alargada e da capacidade dos parceiros se ajustar, tendo consciência dos objectivos assumidos colectivamente, dos recursos disponibilizados e das limitações do meio envolvente. Embora nem todos os custos sejam financeiros compete aos parceiros estimarem formas de financiamento em alguns dos projectos com maior

dimensão. Para que se obtenha ganhos e se minimizem os custos da intervenção local, que se projecta o planeamento além de articulado deve ser renegociável, implicando sempre e cada vez mais os actores locais, a optimização dos recursos existentes e a mobilização de recursos necessários.

Visão Estratégica de Desenvolvimento

Considerando a estratégia para a intervenção como o meio para a mudança, pressupõe-se uma visão sobre a globalidade do processo a fim de se estabelecer um percurso, que passa por uma diferenciação do problema para se determinar uma relação entre o problema e a sua solução possível, aquilo que se deseja mudar. A visão estratégica pressupõe uma visão sobre a globalidade do processo para que se estabeleça um percurso desde o muito desejável ao menos possível.

Para uma visão estratégica se desenvolver são necessárias 3 condições: participação e compromisso dos parceiros para liderar os projectos e acções propostas; elevado grau de coordenação e cooperação entre todos e a promoção da estratégia de mudança.

Matriz de Enquadramento Lógico³

A MEL “*Logical Framework*” ou “*Quadro Lógico*” é um instrumento de planeamento do projecto que permite:

- Organizar as ideias;
- Relacionar os elementos definidores;
- Estruturar os objectivos;
- Distribuir as responsabilidades / tarefas;
- Estabelecer os canais de circulação da informação.

A MEL é um instrumento estruturador do projecto porque:

- Estabelece uma hierarquia de objectivos;
- Distingue entre objectivos globais e específicos;

Visão Estratégica - Cenário de Partida

I - FORMAÇÃO/EMPREGO

No âmbito da empregabilidade e face à conjuntura actual relativa a esta temática, o Concelho de Lousada conta hoje com uma serie de respostas com o objectivo de colmatar de algum modo o desemprego. Fenómeno este, de carácter social, que estamos a verificar de uns anos a esta parte, consequência de uma crise mundial generalizada.

Desta forma, sendo Lousada um Concelho do Distrito do Porto, inserido na Nut III Tâmega, caracteriza-se por ser um concelho misto a nível demográfico (Rural/Urbano), tendo a Industria Têxtil, Calçado, Construção Civil, Mobiliário, Comercio e 3º Sector assumido uma enorme afirmação nos últimos 30 anos. Porém em consequência destes últimos 5 anos de recessão económica, de igual modo aos concelhos limítrofes, também Lousada sofreu as consequências disso mesmo.

Em resposta a tal cenário as políticas sociais levaram a que medidas fossem tomadas. Lousada conta hoje com quatro gabinetes de apoio à empregabilidade, nomeadamente Um Gabinete de Apoio ao Investidor (GAI), dois Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e um Gabinete de Apoio à Empregabilidade (GAE).

Deste modo, de forma integrada, dada a semelhança de intervenção, estes quatro projectos levam a cabo uma serie de acções concertadas de forma a atingir os objectivos propostos: elaboração de uma base de dados comum; auxílio à elaboração de candidaturas ao QREN; apoio à criação do próprio emprego através do auxílio à constituição das empresas e de todos os processos legais de carácter burocrático; apoio à obtenção de Micro Credito; realização de Fóruns de modo a estabelecer uma

proximidade entre os organismos e os potenciais interessados (Empresários, Desempregados, Formandos, etc.) e realização de formações aos mais variados níveis para todas as faixas etárias, adequando sempre a formação às necessidades existentes e em conjunto com a Comissão para a Qualificação da População de Lousada.

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Formação/Emprego

I.1 - REINSERÇÃO PROFISSIONLA E EMPREENDEDORISMO

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 Lousada é um território empreendedor com oportunidades de inserção e requalificação profissional de desempregados, investindo no desenvolvimento da investigação para a atracção de investimentos.</p>		
<p><u>Objectivos Específicos</u></p> <p>Em Dezembro de 2011, os gabinetes de atendimento na área da empregabilidade acompanharão 800 indivíduos em idade activa de forma integrada;</p>	Nº de população activa acompanhada de forma integrada.	Fichas de inscrição; Registo de articulação Base de dados.
<p>Em Dezembro de 2011, os agentes económicos do concelho tem acesso a informação sistemática sobre legislação, programas e áreas de negócio;</p>	Nº de agentes económicos que tem acesso à informação	Registo de material distribuído
<p><u>Resultados</u></p> <p>Captação de novos nichos de mercado;</p>	Nº de novos nichos de mercado	Novos Nichos
<p>Empresários despertos para novas áreas de negócio;</p>		
<p>Inovação das empresas existentes.</p>	Nº de empresas adaptadas à mudança	

<u>Actividades</u> <ol style="list-style-type: none">1. Diagnóstico de necessidades e recursos existentes;2. Bolsa comum de formação/emprego;3. Formação profissional;4. Divulgação dos gabinetes de inserção profissional;5. Acompanhamento de grupos específicos na definição de estratégias colectivas de inserção socioprofissional;6. Organização e sistematização da informação relativa a programas de financiamento;7. Divulgação junto dos agentes económicos.	Taxa de execução do plano de acção	Plano de Acção Relatório de avaliação
--	------------------------------------	--

Projecto Estruturante – Gabinetes de Apoio Profissional e Empreendedorismo

Com este projecto pretende-se articular e concertar todos os serviços do concelho no âmbito do emprego, formação e qualificação permitindo assim a verdadeira inclusão social do indivíduo pela sua valorização, formação e capacidade empreendedora.

Os Gabinetes de apoio profissional e empreendedorismo têm como missão intervir:

- ✓ Ao nível do emprego através da criação de uma bolsa de emprego a que podem recorrer os empresários e os desempregados;
- ✓ No apoio à criação ou gestão de negócios, tentando essencialmente estimular para as oportunidades de negócio e de auto-emprego;
- ✓ No apoio à qualificação de mão-de-obra empregada, desempregada ou em situação de primeiro emprego.
- ✓ No apoio aos jovens e adultos desempregados na definição do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Este projecto funcionará como um fórum de articulação e concertação da divulgação e encaminhamento para ofertas de emprego, qualificação e formação profissional no sentido de uma inserção mais rápida e mais sustentada no mercado de emprego.

Modelo de Gestão do Projecto

Elemento do Núcleo Executivo, responsável pela organizar e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução: elemento representante do Município e Segurança Social.

Instituição Responsável, pela execução do projecto: Câmara Municipal de Lousada, Segurança Social. **Parcerias de suporte**: Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo e a Associação Coração Solidário São Miguel de Silves.

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Formação/Emprego

I.2 - QUALIFICAÇÃO PARA INSERIR

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 Lousada tem uma oferta formativa concertada e diversifica tendo em conta as necessidades emergentes das novas áreas de investimento.</p>		
<p><u>Objectivo Especifico</u></p> <p>Em Dezembro 2011 o concelho terá uma oferta formativa diversificada.</p>	<p>Nº de formando</p> <p>Nº de cursos</p>	<p>Registos das inscrições; folhas de presença. Dossiers de candidatura</p>
<p><u>Resultados</u></p> <p>Aquisição da escolaridade obrigatória e da qualificação profissional;</p>	<p>Nº de indivíduos qualificado</p>	<p>Registo das inscrições; Folhas de presença e aprovação dos cursos.</p>
<p>Adopção de novos cursos de educação/formação;</p>	<p>Nº de cursos;</p>	<p>Dossier técnico pedagógico</p>
<p>Concertação entre a oferta formativa e o mercado de trabalho;</p>	<p>Nº de formandos empregados;</p>	<p>Taxa de emprego</p>

<p><u>Actividades</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. Diagnóstico de necessidades e recursos existentes;2. Bolsa comum de formação/emprego;3. Formação profissional;4. Articulação entre as entidades formativas na fase das candidaturas;5. Acompanhamento de grupos específicos na definição de estratégias colectivas de inserção socioprofissional;6. Organização e sistematização da informação relativa a programas de financiamento;7. Divulgação junto dos potenciais formandos.	<p>Taxa de execução do plano de acção</p>	<p>Plano de Acção Relatório de avaliação</p>
---	---	--

Projecto Estruturante – Comissão para a Qualificação da População de Lousada (CQPL)

A Comissão para a Qualificação da População do Concelho de Lousada terá como prioridade máxima a resposta àqueles que se encontram em situação de desfavor no mercado de trabalho, possibilitando-lhes a aquisição de competências que promovam a sua empregabilidade através da promoção da qualificação escolar e profissional. Constituirá desta forma uma resposta incontornável à falta de emprego e de alternativas profissionais.

A CQPCL terá como objectivos específicos:

- ✓ Definição de uma estratégia global de intervenção, em termos formativos, com a elaboração de um plano de formação geral, para cada ano civil, do qual farão parte os planos de formação específicos de cada uma das entidades;
- ✓ Adequação da oferta formativa às necessidades identificadas no plano de intervenção da rede social, tendo em conta as perspectivas de empregabilidade;
- ✓ Aumentar o nível de qualificação da população do concelho, através do aumento da oferta formativa direccionada para públicos específicos e em áreas estratégicas;
- ✓ Aumentar os níveis de escolarização dos jovens, nomeadamente através dos cursos profissionais de Educação e Formação de Jovens e dos Cursos de Educação e Formação;
- ✓ Aumentar os níveis de qualificação da população adulta, nomeadamente através dos Centros de Novas Oportunidades, com o reconhecimento, validação e certificação de competências e dos cursos de Educação e Formação de Adultos.

Serão ainda, metas a atingir:

- ✓ Promoção do 9º Ano de Escolaridade como patamar mínimo de qualificação para a população adulta;

- ✓ Promoção do 12º Ano de Escolaridade como patamar mínimo de qualificação para os jovens do concelho;
- ✓ Incrementar o ensino profissional quer para os jovens, quer para os adultos;
- ✓ Reforçar o número de pessoas inscritas nos Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- ✓ Aumentar o número de ingressos no Ensino Superior.

Modelo de Gestão

Elemento do Núcleo Executivo, responsável pela organizar e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução: elemento representante do Município.

Instituição Responsável, pela execução do projecto: Câmara Municipal de Lousada.

Parcerias de suporte: Agrupamentos de Escolas, Escola Secundária, Associação Industrial de Lousada, Empresas de formação do concelho, com e sem fins lucrativos.

Visão Estratégica - Cenário de Partida

II - CONTEXTOS SOCIAIS DE INTERVENÇÃO

Os fenómenos da pobreza e da exclusão social têm adquirido, nos últimos anos, uma visibilidade crescente, algo que decorre da percepção cada vez mais vincada do seu estatuto enquanto realidades que importa combater.

A crescente atenção dada à pobreza reflecte-se, aliás, na progressiva institucionalização do fenómeno. De facto, é hoje profuso o conjunto de intervenções e projectos de âmbito mais ou menos alargado que visam concretizar localmente estratégias de combate à pobreza e à exclusão social.

Neste sentido, é fundamental que os diferentes parceiros sociais, as instituições e gestores institucionais e a comunidade em geral saibam lançar um olhar cada vez mais incisivo sobre a realidade sócio-económica e cultural em que se inserem, de forma a produzir respostas adequadas aos problemas sociais sobre os quais é preciso intervir.

Assim e devido à necessidade sentida pelo Conselho Local de Acção Social em combater o isolamento e a exclusão social dos mais velhos, dotar de competências sociais as famílias mais desestruturadas, promovendo e incentivando a participação da comunidade local e de qualificar as instituições com um plano de qualidade definiu-se neste PDS um conjunto de projectos estruturantes que têm um objectivo comum: promover um concelho mais inclusivo.

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção

II.1 - ENVELHECIMENTO ACTIVO

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 o concelho está coberto com uma rede de respostas que garantam a qualidade de vida da população idosa.</p>		
<p><u>Objectivo Especifico</u></p> <p>Desenvolvimento de ambientes favoráveis à autonomia e independência das pessoas idosas activa em todas as freguesias do concelho</p>	<p>Nº de espaços criados</p> <p>Nº de ateliês criados</p> <p>Nº de idosos envolvidos</p>	<p>Espaço</p> <p>Ateliês</p> <p>Relatórios de actividade</p> <p>Fichas de inscrição</p>
<p>Até 2011, 60 idosos estão aptos a utilizar as TIC e têm acesso às mesmas</p>	<p>Nº de idosos utilizadores das TIC</p>	<p>Registos</p>
<p>Em 2011 este concelho promove a efectivação dos direitos dos idosos e adultos dependentes de Lousada</p>		
<p>Até Dezembro de 2009 constituir uma bolsa de equipamentos que responda às necessidades globais do doente com dependência e promova a qualidade de vida destas pessoas proporcionando a sua integração social, cultural e profissional.</p>	<p>Nº de equipamentos disponíveis</p> <p>Nº de equipamentos requeridos</p> <p>Nº de reuniões</p>	<p>Base de dados</p> <p>Folha de presenças</p> <p>Registos das reuniões</p> <p>Fichas de pedido de equipamento</p>

<p><u>Resultados</u></p> <p>✓ Os idosos de todas as freguesias têm acesso a um espaço de lazer, cultura e informação/formação</p>	<p>Nº de espaços criados Nº de idosos frequentadores dos espaços</p>	<p>Lista de presenças Registos</p>
<p>✓ Os idosos frequentadores dos espaços elevaram o seu bem-estar psíquico e intelectual (memória, raciocínio, boa disposição) – fundamentais no envelhecimento activo e saudável</p>	<p>Nº de idosos frequentadores dos espaços</p>	<p>Lista de presenças Registos Avaliação psicológica</p>
<p>✓ Respostas de intervenção multidisciplinar para a população idosa e adultos dependentes</p>	<p>Nº de respostas criadas</p>	<p>Folha de presenças Registos das reuniões</p>
<p><u>Actividades</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação dos espaços de lazer, cultura e informação/formação 2. Actividades socioculturais e intercâmbios entre espaços 3. Acções de sensibilização para a população em geral e as famílias em particular; 4. Diagnostico das necessidades e recursos existentes; 5. Acções de prevenção ao nível das dificuldades sociais/psicológicas e económicas dos idosos e adultos dependentes, contribuindo para a sua segurança e bem-estar; Colaborar em acções complementares de acompanhamento de casos; 6. Criação de uma base de equipamentos; 7. Criação de um conselho de parceria para gestão e atribuição dos equipamentos de ajudas técnicas; 	<p>Taxa de execução do plano de acção</p>	<p>Plano de Acção Relatório de avaliação</p>

Projecto Estruturante – Movimento Sénior

Considerando que os idosos são uma das camadas populacionais mais desprotegidas socialmente, e mais atingidas por situações de isolamento e/ou solidão, assim entendeu a Rede Social de Lousada em conjunto com vários parceiros locais, minimizar tal situação, propondo-se criar um conjunto de respostas sociais, rentabilizando e melhorando os recursos já existentes, em benefício da população reformada/pensionista do Concelho, independentemente do seu nível de necessidades e da sua área de residência.

Neste sentido através do projecto “Movimento Sénior” pretende-se, essencialmente:

- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários;
- ✓ Incentivar a socialização e partilha de experiências entre os idosos;
- ✓ Promover actividades de educação/formação, lazer, cultura e recreio;

As actividades lúdico-pedagógicas, a desenvolver nos ”Espaços”, serão programadas segundo os interesses dos utilizadores dos “Espaços”, as condições do local e as capacidades de resposta dos parceiros envolvidos.

Modelo de Gestão do Projecto

Núcleo executivo: cabe a responsabilidade de organizar e dinamizar o planeamento da intervenção e, avaliar a participação e os resultados da execução.

Responsável do Núcleo Executivo: para a monitorização/ avaliação das actividades:
Município, Segurança Social.

Parceria de suporte: Contrato Local de Desenvolvimento Social.

Projecto Estruturante – Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente (CIAD)

As alterações demográficas que se têm verificado na população portuguesa e que se traduzem num envelhecimento populacional, coloca às instituições, às famílias e à comunidade em geral novos desafios, designadamente pensar o envelhecimento ao longo da vida, numa perspectiva mais preventiva e promotora de saúde e autonomia, visando uma maior qualidade de vida. Do mesmo modo, coloca-se o desafio de envolver a comunidade, numa responsabilidade partilhada, potenciadora dos recursos existentes e dinamizadora de acções cada vez mais próximas dos cidadãos.

Por outro lado, verifica-se também o aumento de pessoas com dependência, que exigem à comunidade repostas diversificadas e adequadas que satisfaçam as suas necessidades sociais e de saúde, visando uma melhoria da sua qualidade de vida e um reforço das capacidades e competências das famílias para lidar com este tipo de situações.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

Neste âmbito e considerando a necessidade de apoiar as pessoas idosas e dependentes, que actualmente, por motivos relacionados com as profundas alterações da sociedade, por vezes se encontram entregues a si próprias ou integradas em famílias não capacitadas para a satisfação de necessidades específicas, será criada a Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente de Lousada, com o objectivo de assim contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida, através de uma participação activa na vida da comunidade.

Esta Comissão compor-se-á por um grupo de trabalho constituído por técnicos das entidades parceiras do projecto, com o objectivo de promover a efectivação dos direitos dos idosos e adultos dependentes de Lousada e intervir nas situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde e bem-estar. À Comissão Integrada do Idoso e Adulto Dependente competirá desenvolver acções de promoção da efectivação dos direitos e de prevenção e intervenção das situações de perigo para idosos e adultos dependentes, nomeadamente:

- ✓ Sensibilizar a população em geral e as famílias em particular para problemas dos idosos e adultos dependentes;
- ✓ Diagnosticar as necessidades e os recursos existentes;
- ✓ Desenvolver acções de prevenção ao nível das dificuldades sociais/psicológicas e económicas dos idosos e adultos dependentes, contribuindo para a sua segurança e bem-estar;
- ✓ Colaborar em acções complementares de acompanhamento de casos;
- ✓ Promover a articulação com parcerias existentes no concelho.

Modelo de Gestão do Projecto

Elemento do Núcleo Executivo, responsável pela organizar e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução: elemento representante das IPSS's. **Instituição Responsável**, pela execução do projecto: Santa Casa da Misericórdia de Lousada. **Parcerias de suporte**: Santa Casa da Misericórdia de Lousada, Câmara Municipal de Lousada, Segurança Social, Casa do Povo de Caíde-de-Rei, Centro Social e Paroquial de maceira, Centro Social e Paroquial de Sousela, Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo.

Projecto Estruturante – Banco de Ajudas Técnicas

Com este projecto pretende-se estabelecer uma rede de respostas e recursos multidisciplinares e interinstitucionais, com vista a uma resposta uniformizada e integrada. Visa assim, definir as condições de acesso e de atribuição de ajudas técnicas para pessoas com desfavorecimento económico-social e que sejam portadores de deficiência, idosos e pessoas que necessitem temporária ou definitivamente de ajudas técnicas, por motivos de perda de autonomia física ou psicológica, temporária ou definitiva. Competirá ao Banco de Ajudas Técnicas responder às necessidades globais do doente com dependência e promover a qualidade de vida destas pessoas proporcionando a sua integração social, cultural e profissional.

Para tal, pretende-se constituir uma “bolsa de equipamentos” à qual as pessoas possam recorrer em caso de necessidade. Neste âmbito, serão consideradas ajudas técnicas, as que constam da lista homologada pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e que dizem respeito aos serviços, produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas de produção especializada ou disponíveis no mercado destinado a prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar as limitações na actividade quotidiana, as quais serão classificadas e designadas como equipamentos, de acordo com as suas características e funções.

Modelo de Gestão do Projecto

Elemento do Núcleo Executivo, responsável pela organizar e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução: elemento representante da Autarquia.

Instituição Responsável, pela execução do projecto: C M Lousada

Parcerias de suporte: Centro Distrital do Porto, Município de Lousada, ACIP, AMI, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Silvaes, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Aparecida, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Nevogilde, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Sousela, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Meinedo, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Boim, Conselho particular de S. Vicente de Paulo de Cristelos, Cruz Vermelha de Lousada, Santa Casa da Misericórdia, Agrupamento de Escolas Lousada Norte.

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção

II.2 - INTERVENÇÃO FAMILIAR E PARENTAL

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 as famílias com necessidades de intervenção familiar e parental sinalizadas pelos serviços adquiriram capacidades ao nível das atitudes e comportamentos pessoais, sociais e parentais, prevenindo desta forma situações de perigo.</p>		
<p><u>Objectivo Especifico</u></p> <p>Envolver 30 famílias num processo de mudança ao nível das atitudes e comportamentos pessoais, sociais e parentais;</p>	<p>Nº de processo familiares</p> <p>Nº de famílias que alteraram de forma positiva os comportamentos e atitudes</p>	<p>Fichas de avaliação</p>
<p>Em 2011 as famílias do concelho terão ao seu dispor formação parental adequada às necessidades</p>	<p>Nº de acções realizadas para pais</p>	<p>Registos</p> <p>Avaliação das acções</p>
<p>Em 2011 os técnicos da área social são alvo de formação no âmbito do diagnóstico de factores de stress e risco e situações de crise nas famílias</p>	<p>Nº de técnicos em formação</p> <p>Nº de formações</p>	<p>Lista de presenças</p> <p>Fichas de avaliação</p>

<u>Resultados</u>		
Mudança de comportamento e atitudes das famílias trabalhadas e consciencialização de si próprios no contexto social	Nº de processo familiares Nº de famílias que alteraram de forma positiva os comportamentos e atitudes	Fichas de avaliação
Descentralização da formação parental	Nº de acções realizadas para pais	Registos Avaliação das acções
Técnicos da área social mais qualificados	Nº de técnicos em formação Nº de formações	Lista de presenças Fichas de avaliação
<u>Actividades</u>		
Intervenção psico-social Acções de capacitação para a alteração de comportamentos Elaboração de instrumentos de trabalho comuns Criação de redes de trabalho Formação de técnicos da área social	Taxa de execução do plano de acção	Plano de Acção Relatório de avaliação

Projecto Estruturante - Agência de Protecção e Promoção da Família

Com este projecto pretende-se criar um espaço de mediação, orientação e aconselhamento dirigido às famílias de toda a comunidade. A intervenção da agência privilegiará um trabalho de colaboração com as famílias, procurando reforçar a qualidade das relações familiares e da família com a comunidade e desenvolver as competências necessárias para o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Pretende-se: Dinamizar um espaço de mediação, orientação e aconselhamento dirigido às famílias em geral; Criar e /ou reforçar as redes de suporte locais, formais e informais, para apoio à construção e implementação de projectos de vida de crianças e jovens e suas famílias, enquadrados por medidas de promoção e protecção; Promover a qualidade de vida das famílias e os níveis de protecção das crianças em risco, evitando as rupturas que levam à institucionalização das crianças.

Têm prioridade de admissão as famílias que por negligência colocam as crianças e jovens em risco e que revelam resistência à mudança, mas que, no entanto, possuem potencialidades para reformular os seus próprios modelos educativos.

Como Metodologia de intervenção pretende-se:

- ✓ Intervir com as famílias em contexto domiciliário e de gabinete;
- ✓ Criar grupos de auto-ajuda
- ✓ Avaliar o potencial de mudança das famílias;
- ✓ Realizar planos à medida de cada família;
- ✓ Implementar programas de educação parental e treino de competências;
- ✓ Disponibilizar materiais pedagógicos; fazer mediação familiar e mediação escolar e realizar sessões de informação e sensibilização relacionados com a educação.

Modelo de Gestão do Projecto

Elemento do Núcleo executivo, responsável pela organização e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução:

Município de Lousada, Segurança Social.

Entidade Responsável pela monitorização/ avaliação das actividades: Associação Coração Solidário São Miguel de Silvares.

Parceria de suporte: Associação “Ao Encontro das Raízes”.

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Contextos Sociais de Intervenção

II.3 - CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS INSTITUIÇÕES

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 as instituições, técnicos e comunidade em geral vêem reforçada a sua capacidade para responder/enfrentar as necessidades sociais.</p>		
<p><u>Objectivo Especifico</u></p> <p>Em Dezembro de 2009 os serviços estão organizados para dar uma resposta concertada e articulada á população utilizadora dos serviços da acção social.</p>	Nº de instituições envolvidas	Registo das reuniões
<p>Em 2011 as Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho são alvo de formação no âmbito da qualidade com vista à certificação.</p>	Nº de instituições envolvidas/Com Planos de Qualidade	Registo das reuniões/formações Certificados emitidos
<p>Em 2011 a população de Lousada será alvo de sessões de formação/informação sobre diversas problemáticas sociais</p>	Nº de sessões Nº de participantes	Registo das formações Lista de presenças
<p><u>Resultados</u></p> <p>Serviço de apoio social integrado, com qualidade, que facilite a plena integração dos munícipes no meio envolvente bem como, a assunção plena da sua cidadania.</p>	Nº de instituições envolvidas	Registo das reuniões

As IPSS do concelho são entidades com planos de qualidade	Nº de instituições envolvidas/Com Planos de Qualidade	Registo das reuniões/formações Certificados emitidos
Comunidade mais informada e sensibilizada para as problemáticas sociais	Nº de sessões Nº de participantes	Registo das formações Lista de presenças
<p><u>Actividades</u></p> <p>Proposta de adesão ao modelo estratégico de intervenção social integrada Reuniões de trabalho para o desenho e implementação do modelo estratégico de intervenção social integrada Formação geral e específica aos técnicos de intervenção Avaliação da intervenção Proposta de adesão ao Plano de Qualidade Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade Sessões de formação/informação</p>	Taxa de execução do plano de acção	Plano de Acção Relatório de avaliação

Projecto Estruturante – Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada

Perante a necessidade de melhorar a intervenção social do concelho, nomeadamente ao nível do atendimento/acompanhamento da população, foram considerados várias dimensões passíveis de sofrerem alterações nomeadamente, ao nível da rentabilização dos recursos existentes, da articulação interinstitucional, da formação e da monitorização e avaliação da intervenção.

Neste sentido, Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrado visa, fundamentalmente, a promoção da articulação estratégica entre entidades, públicas e privadas, ao nível da intervenção social, tendo por base, o Princípio do Trabalho em Parceria, o Princípio da Inovação, o da Integração, o da Igualdade, o da Subsidiariedade e o Princípio da Intervenção Mínima.

O MEISI desenvolverá o planeamento estratégico da intervenção social, articulando a actuação dos diferentes agentes que constituem a parceria, promovendo uma resposta integrada, mais ajustada e eficaz à problemática da exclusão social e avaliação de procedimentos técnicos adoptados, através da mobilização e a participação das diversas entidades públicas e/ou privadas, da promoção da articulação estratégica interinstitucional, da qualificação da intervenção e da avaliação do processo e dos resultados da intervenção.

A operacionalização deste projecto assentará em três estruturas operativas: o Núcleo Operacional de Intervenção Social Integrado (NOISI) - entidades responsáveis respectivamente pelo atendimento de 1ª, 2ª e 3ª linha e entidades mediadoras; o Núcleo Institucional de Apoio (NIA) – entidades responsáveis pela formação e assessoria técnica; e por fim, um Núcleo de Avaliação (NA) - entidade de ensino responsável pela monitorização e avaliação do modelo de intervenção, cuja estrutura se concretiza em regulamento interno.

Modelo de Gestão do Projecto

A execução das acções planeadas será apresentada mais detalhadamente, no Plano de Acção. No entanto, compete aos parceiros a coordenação das actividades previstas:

Entidade responsável pela organização e dinamização do planeamento da intervenção e, avaliação da participação e dos resultados da execução: Câmara Municipal de Lousada e Segurança Social

Elementos do Núcleo Executivo responsável pela monitorização e avaliação das actividades: elemento representante da Segurança Social e Município.

Parceria de suporte: Santa Casa da Misericórdia de Lousada, CSP de Sousela, CSP de Macieira, Associação “Ao Encontro das Raízes”, Casa do Povo de Caíde de rei, Ave Cooperativa de intervenção Psicossocial, Associação de Solidariedade e Apoio Social de Meinedo, Coração Solidário São Miguel de Silvaes, Centro de Emprego de Penafiel, ACES Tâmega III – Vale do Sousa Norte, Agrupamentos de Escolas, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E., Ministério Público

Projecto Estruturante – Plano de Qualificação das Organizações da Economia Social

Com este projecto estruturante pretende-se desenvolver em rede, a qualidade das Organizações da Economia Social do concelho, através da implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade.

Este projecto visa a incorporação por parte de todas as organizações sociais de um produto Equal, constituído por: Carta de Qualidade; Índice da Qualidade; Manual de Procedimentos da Qualidade; Guia de Orientação para a Certificação do SGQ; Manual de Boas Práticas.

Modelo de Gestão do Projecto

Entidade responsável: cabe a responsabilidade de organizar e dinamizar o planeamento da intervenção e, avaliar a participação e os resultados da execução: ACIP

Responsável do Núcleo Executivo: para a monitorização/ avaliação das actividades:
Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Parceria de suporte: A definir

Visão Estratégica - Cenário de Partida

III - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INFORMAÇÃO

Disponibilizar os potenciais benefícios das TI ao mais elevado número possível de pessoas é um imperativo social, ético e político.

Observando que o acesso às tecnologias presentes e futuras da informação e da comunicação tem impacto crescente e significativo na vida dos indivíduos e oferece oportunidades importantes para o desenvolvimento da democracia, e que os meios de comunicação têm um papel importante a desempenhar na promoção de uma cultura democrática é necessário ultrapassar as barreiras técnicas e outras dificuldades que *peçoas sob risco de exclusão* (em particular idosos) encontram ao tentarem ser participantes de pleno direito na Sociedade da Informação (SI).

MEL - Matriz de Enquadramento Lógico – Desenvolvimento Tecnológico e Informação

III.1 – TRABALHO EM REDE

	Indicadores	Meios de verificação
<p><u>Objectivo Geral</u></p> <p>Em 2011 a Rede Social de Lousada tem ao seu dispor uma plataforma colaborativa de trabalho, informação e comunicação de suporte ao planeamento, programação, execução e avaliação de iniciativas de desenvolvimento local.</p>		
<p><u>Objectivo Especifico</u></p> <p>Em 2011 os intervenientes sociais na luta contra a exclusão social e promoção do desenvolvimento local têm ao seu dispor uma plataforma colaborativa de trabalho, informação e comunicação disponível na <i>internet</i> que permitirá o trabalho em rede e a partilha de informação e conhecimentos</p>	<i>A definir</i>	<i>A definir</i>
<p>Em 2011 o município terá uma Carta da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, enquanto instrumento de planeamento e coordenação das intervenções públicas e privadas no território deste Município.</p>	<i>A definir</i>	<i>A definir</i>
<p><u>Resultados</u></p> <p>Plataforma de trabalho em rede em pleno funcionamento</p>	<i>A definir</i>	<i>A definir</i>
<p>Carta da rede de Serviços e Equipamentos Sociais em suporte de Sistema de Informação</p>		

Geográfico em ambiente Web		
<u>Actividades</u> Elaboração de um caderno de implementação da plataforma interactiva de trabalho em rede Recolha de dados no âmbito dos serviços e equipamentos sociais Elaboração de um caderno de implementação de uma aplicação de Sistemas de informação Geográfico em ambiente Web	Taxa de execução do plano de acção	Plano de Acção Relatório de avaliação

Projectos Estruturante - Projecto “Rede Social Virtual”

O projecto “Rede Social Virtual” é uma plataforma colaborativa de informação e comunicação disponível na *internet*. Este projecto tem como objectivo principal, reforçar a capacidade dos intervenientes sociais na luta contra a exclusão social e promoção do desenvolvimento local, de forma a torná-la mais eficiente na sua função.

Simultaneamente este site permite o acesso do público em geral a algumas áreas de informação que o compõem, e constitui um espaço privilegiado de trabalho interactivo e colaborativo, permitindo que os seus utilizadores trabalhem em rede e partilhem informações e conhecimentos.

Modelo de Gestão do Projecto

Entidade responsável: cabe a responsabilidade de organizar e dinamizar o planeamento da intervenção e, avaliar a participação e os resultados da execução:

Câmara Municipal

Responsável do Núcleo Executivo: para a monitorização/ avaliação das actividades:

Câmara Municipal de Lousada

Parceria de suporte: IPSS's

Projecto estruturante - Carta da Rede dos Serviços e Equipamentos Sociais

A Carta da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais de Lousada pretende, constituir um instrumento de planeamento e coordenação das intervenções públicas e privadas no território deste Município. Este documento partiu de um diagnóstico do território, permitindo um desenho real das necessidades dos serviços, equipamentos e ou outro tipo de respostas sociais da população, o que permitiu identificar e priorizar com rigor as várias áreas de intervenção que deverão convergir no Plano Director Municipal.

Trata-se portanto de um mecanismo de conhecimento, compreensão e intervenção da realidade social, de preparação das tomadas de decisões e de informação aos cidadãos.

Porém, esta Carta para além de traduzir a possível estratégia de intervenção concertada e integradora a nível social deve também, assumir um carácter dinâmico, flexível e adaptável às mudanças exigidas pela evolução da realidade social.

Modelo de Gestão do Projecto

Entidade responsável: cabe a responsabilidade de organizar e dinamizar o planeamento da intervenção e, avaliar a participação e os resultados da execução:
Câmara Municipal

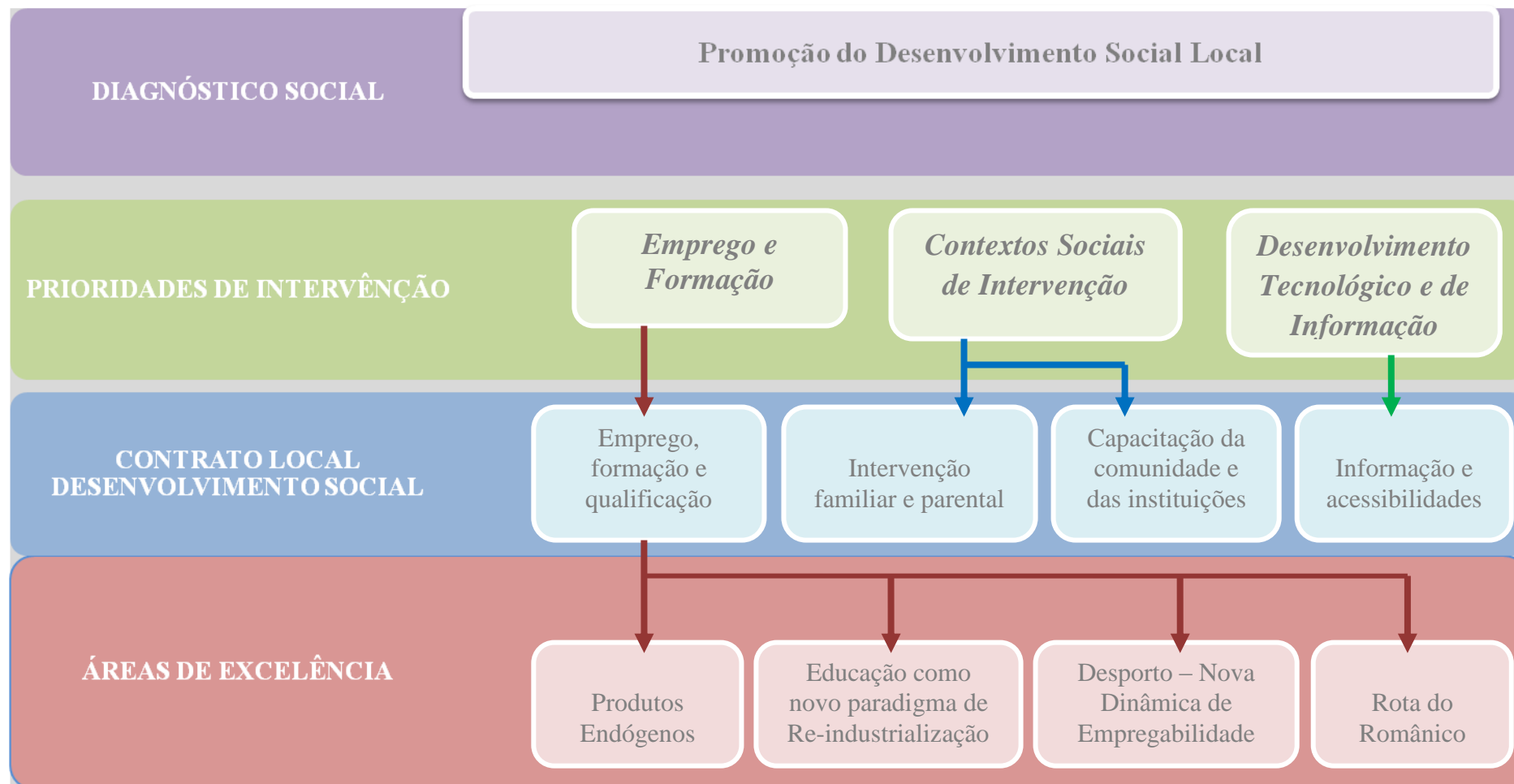
Responsável do Núcleo Executivo: para a monitorização/ avaliação das actividades:
Câmara Municipal de Lousada

Parceria de suporte: IPSS's

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Introdução

A Rede Social de Lousada pretende apostar num desenvolvimento local, organizando, potencializando os recursos da região, numa lógica de progresso que integra todos os sectores da sociedade, mesmo os mais desfavorecidos.



Áreas de Excelência

Da análise da dinâmica territorial foram identificadas quatro áreas de excelência das quais se procedeu à identificação dos seus pontos fortes e à perspectivação de um cenário de excelência:



Área: PRODUTOS ENDÓGENOS

Pontos Fortes: Existência de dinâmicas territoriais que promovem e comercializam os produtos locais nomeadamente: Rota do Românico, Rota Gourmet e Cabaz PROVE

Cenário: Para o desenvolvimento local desta região, estabeleceu-se como estratégia de intervenção, uma acção concertada, baseada no reforço do sistema produtivo, valorização e diversificação da actividade económica local. Assim pretende-se alterar a principal fonte de recursos económicos da população. Tendo em conta a actual realidade em que se encontra o sector agrícola, a reduzida oferta de empregos já não pode

absorver a procura de emprego pela população, daí que face à necessidade de manter uma paisagem e o espaço rural, seja necessário apostar no aproveitamento dos recursos endógenos.

O turismo rural deverá ser apoiado de forma a emergir e afirmar-se face à crescente procura que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

A valorização e o apoio às actividades tradicionais nomeadamente através da diversificação dos produtos, aperfeiçoando as técnicas de produção e de comercialização poderão permitir criação de riqueza e de troca de sinergias entre territórios indutores de desenvolvimento local.

A Conservação do meio ambiente é também um objectivo a atingir para o desenvolvimento sustentável do concelho. Este objectivo assente em acções de promoção e educação ambiental que vise essencialmente a protecção e a valorização dos recursos ambientais locais.

Neste sentido, pretende-se:

- ✓ Desenvolver e incentivar o turismo rural;
- ✓ Desenvolver e apoiar iniciativas culturais;
- ✓ Incentivar e apoiar o artesanato, a agricultura e a etnografia;
- ✓ Ajudar o escoamento de produtos endógenos;
- ✓ Contribuir para a animação do espaço rural;
- ✓ Aumentar o emprego;
- ✓ Promover a formação profissional;
- ✓ Desenvolver e apoiar o desenvolvimento de contactos, com organismos e entidades para tal vocacionadas.”

Área: EDUCAÇÃO COMO NOVO PARADIGMA DE REINDUSTRIALIZAÇÃO

Pontos Fortes: Existência de percursos alternativos que dão resposta à quase totalidade das necessidades da população em idade escolar; Articulação/Concertação entre as Escolas, Entidades Formativas, IEFP e a Rede Social.

Cenário: Os avanços da globalização exigem que coloquemos hoje a competitividade e o desempenho da economia como preocupação central, se quisermos melhorar ou até mesmo manter os níveis de emprego, bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos europeus.

A educação é, nos dias de hoje, repensada como uma preparação para a vida: trata-se de garantir a segurança do emprego e a aptidão para o trabalho, de permitir a cada um satisfazer as demandas de uma sociedade em rápida evolução, assim como as mudanças tecnológicas que condicionam hoje, directa ou indirectamente, cada aspecto da existência e, finalmente, de conseguir responder à busca da felicidade, do bem estar e da qualidade de vida.

O reforço da aprendizagem ao longo da vida tem de ser a primeira resposta para a formação de cidadãos; de cidadãos preparados para as necessidades e constrangimentos do desenvolvimento sustentável, de trabalhadores mais qualificados e por isso mais capazes de participar activamente nesse desenvolvimento e mais protegidos das inevitáveis incertezas do mercado de trabalho.

- A educação é a base, senão o pilar principal, único verdadeiro indutor do progresso e desenvolvimento dos povos. Logo a sua importância é suprema e de vital importância, em todo o aparelho de desenvolvimento de qualquer país ou concelho.

- No domínio(1) social permite que as pessoas saibam os seus direitos, aprendam a lutar por eles

- No campo(2) econômico permite que as pessoas estejam habilitadas e qualificadas

técnica e profissionalmente, preparando-as para enfrentar o mercado laboral de trabalho, seja nas empresas do estado, seja nas privadas, fortalecendo o sector produtivo das indústrias para consumo interno e externo, gerador de receitas para essas pessoas e para o estado em último lugar.

- No plano político(3), faz com que todo o sistema político-institucional tenha mais credibilidade técnica, profissional e até ética, reduzindo o risco do país, face aos credores internacionais, estabilidade política, macro-económica e melhores realidades sociais, viabilizando maior qualidade de vida dos cidadãos.

Por último garante às pessoas(4) um nível cultural que lhes permite encontrar sempre soluções a cada novo desafio que surja, capaz de sustentabilizar o futuro do seu desenvolvimento.

Neste sentido, pretende-se:

- ✓ Articulação entre as necessidades de empregabilidade e as ofertas formativas;
 - ✓ Captar investimento ao nível das novas tecnologias e ambiente e adequar a formação a essas áreas;
 - ✓ Qualificar as escolas.
-

Área: DESPORTO - NOVA DINAMICA DE EMPREGABILIDADE

Pontos Fortes: Complexo desportivo com oferta a competições de âmbito internacional, constituído por um conjunto de infra-estruturas e rede de equipamentos que representam uma aposta decisiva na promoção e desenvolvimento do desporto e da actividade física, com óbvias repercussões nos mais diversos âmbitos.

Cenário: O Desporto deve ser encarado como um fenómeno social total, constituindo-se como um instrumento de desenvolvimento nacional e local, mas também e sobretudo,

um instrumento de desenvolvimento social. Enquadrado na denominada “indústria do lazer”, o Desporto é responsável por uma parcela significativa das despesas de consumo das populações, constituindo-se como uma verdadeira actividade económica, com impacto não apenas económico-financeiro, mas também social, ambiental e cultural. A Parceria com as Entidades Sociais para garantir oportunidades diferenciadas ao nível da empregabilidade torna-se uma necessidade assim como, a captação investimento privado para a construção de um hotel como suporte logístico ao complexo desportivo

Neste sentido, pretende-se

- ✓ Aumento do número de praticantes desportivos no concelho;
 - ✓ Criação de mais e melhores condições de prática desportiva;
 - ✓ Democratização da prática desportiva (para todos os estratos da população);
 - ✓ Qualificação dos agentes desportivos do concelho;
 - ✓ Nova área de empregabilidade;
 - ✓ Colocar Lousada no Mapa Desportivo Nacional.
-

Área: ROTA DO ROMÂNICO

Pontos Fortes: Possui um importante e valioso património constituído por edifícios românicos. Estes são parte integrante da memória colectiva e representam um potencial de qualificação cultural e turística do território. É constituído por 19 imóveis, que foram alvo de processos de inventariação e orçamentação, com vista à recuperação, beneficiação e criação de condições de visitabilidade aos imóveis e a implementação de um itinerário de visita integrado para a valorização cultural e divulgação turística.

Cenário: Desenvolvimento sustentado da sub-região do Vale do Sousa. Promoção do ordenamento do território através da valorização do património, criar um

novo sector produtivo capaz de gerar riqueza, mudar a imagem interna e externa do Vale do Sousa, qualificar os recursos humanos da região e garantir empregabilidade qualificada.

Neste sentido, pretende-se:

- ✓ Promover o ordenamento do território através da valorização do património.
 - ✓ Criar um novo sector produtivo capaz de gerar riqueza.
 - ✓ Mudar a imagem interna e externa de Lousada e Vale do Sousa.
 - ✓ Qualificar os recursos humanos da região e garantir empregabilidade qualificada.
-

Capítulo III

MODELO DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO

Introdução

É no local que a concretização da mudança desejada e as políticas sociais se operam. Com o PDS está patente um compromisso interinstitucional e uma vontade consensual de articular e canalizar energias, recursos e potencialidades com vista à operacionalização de acções devidamente integradas para o desenvolvimento local.

Neste sentido, o PDS deve integrar orientações desde as iniciativas comunitárias, programas a nível nacional, regional e local com inúmeros planos, projectos e sectores do Município.

Portanto, o planeamento da intervenção local não pode ser entendido e programado, sem a articulação necessária com os outros instrumentos de planeamento.

I - INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

Nível Comunitário

➤ FSE – Fundo Social Europeu

O Fundo Social Europeu é o principal instrumento financeiro que procura pelos programas, soluções para problemas que se manifestam em todo território europeu e permite à União Europeia concretizar os objectivos estratégicos da sua política de emprego. O FSE orienta as suas actividades para Programas estratégicos de longo prazo que, em todo o território Europeu, visa o apoio às Regiões, e particularmente àquelas menos desenvolvidas, de forma a melhorar e modernizar as qualificações da mão-de-obra e, simultaneamente, a estimular o espírito empresarial.

<i>FSE - Eixos estratégicos</i>	<i>PDS - Eixos estratégicos</i>
POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	Eixo I – Qualificar para Inserir os Jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo de Portugal	Eixo I – Qualificar para Inserir os Jovens

➤ **QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional**

A reprogramação do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) estabelece as orientações fundamentais indispensáveis (tomadas em consideração com a avaliação intercalar), no quadro da política de coesão da União Europeia, para assegurar a continuidade do financiamento estrutural às políticas de desenvolvimento económico, social e territorial em Portugal e devem corresponder às do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e respectivos Programas Operacionais (PO). O QREN é o documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiam a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013.

<i>QREN - Eixos estratégicos</i>	<i>PDS - Eixos estratégicos</i>
Eixo I – Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social	Eixo I – Qualificar para Inserir os Jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Eixo II – Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades futuras	Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Eixo III – Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país	Eixo I – Qualificar para Inserir os Jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Eixo IV – Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional	Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo

➤ **PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010**

No quadro do processo europeu de inclusão social, segundo as orientações do Conselho Europeu e Nice, cada estado-membro produziu um PNAI para o horizonte 2008-2010. É desta forma, que o PNAI português assume-se como um instrumento construído de acordo com uma estratégia europeia de âmbito social, mas consolida-se na medida em que agrega as políticas portuguesas e, conseqüentemente os compromissos de coesão e justiça social.

PDS PNAI – objectivos gerais	Reinserção profissional e empreendedorismo	Qualificar para Inserir	Envelhement o activo	Intervenção Familiar e Parental	Capacitação da Comunidade e das Instituições	Trabalho em Rede
Promover o acesso de todos aos recursos, aos direitos, bens e aos serviços					X	X
Prevenir o risco de exclusão	X	X	X	X		
Actuar em favor dos mais vulneráveis			X	X		
Mobilização do conjunto dos intervenientes					X	X

➤ **PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006**

O PNDES 2000-2006 estabelece como objectivo a atingir a recuperação do atraso que afasta Portugal dos restantes países europeus. Assim, apresenta como *pressupostos*: a consolidação do Estado de Direito como promotor da cidadania; a garantia de segurança aos cidadãos; a dignificação da justiça de forma a assegurar a coesão da sociedade e de todos os seus sistemas económicos, sociais e culturais; o aprofundamento das funções de regulação dos mercados visando a salvaguarda dos bens colectivos e dos princípios da equidade e da igualdade de oportunidades.

PDS/PNDES – Objectivos gerais	Reinserção profissional e empreendedorismo	Qualificar para Inserir	Envelhecimento activo	Intervenção Familiar e Parental	Capacitação da Comunidade e das Instituições	Trabalho em Rede
Elevar os níveis de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social		X				
Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro	X					
Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país	X					
Promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade da vida urbana e o desenvolvimento rural	X		X	X		
Garantir a melhoria sustentada da protecção					X	X

➤ **PNE - Plano Nacional de Emprego 2005-2008**

O Plano apresenta a Estratégia para o Emprego através dos principais desafios nacionais e dos instrumentos definidos para o sucesso da estratégia. Paralelamente ao PDS são também, neste Plano, incluídas as linhas de intervenção para as prioridades nacionais. A meta a atingir é reforçar os serviços públicos para o cumprimento da política de emprego nacional e territorial. **Objectivos:** Reforçar os mecanismos de incentivo à criação de postos de trabalho, à mobilidade e à formação profissional; Aumentar a empregabilidade privilegiando o apoio a empresas que contratem e formem desempregados bem como apoiar a adaptabilidade das empresas e dos trabalhadores.

PDS/PNDES – Objectivos gerais	Reinserção profissional e empreendedorismo	Qualificar para Inserir	Envelhecimento activo	Intervenção Familiar e Parental	Capacitação da Comunidade e das Instituições	Trabalho em Rede
Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego	X					
Antecipar e gerir positivamente de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial	X					
Promover a flexibilidade com segurança no emprego	X					
Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa		X				
Modernizar o sistema de protecção social			X	X	X	X

➤ **PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008**

É um instrumento para a concretização de uma estratégia nacional de reformas e modernização concebida no quadro das referências e prioridades da Estratégia de Lisboa. Assume-se como resposta global às linhas de orientação aprovadas no Conselho Europeu e às recomendações para Portugal formuladas pela Comissão

Europeia. Este programa engloba as linhas de orientação do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013, enquanto documento de enquadramento para as intervenções apoiadas pelos Fundos Sociais.

Foram definidas medidas a desenvolver em cada uma destas políticas, as quais estão contempladas na possível execução dos Eixos do PDS, algumas directamente outras serão, no futuro alvo de maior reflexão, planeamento e articulação devida.

Medidas Políticas do PNACE	Eixos do PDS
Crescimento Económico e sustentabilidade das contas pública	
Governança e Administração Pública	
Competitividade e Empreendedorismo	Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Investigação, Desenvolvimento e Inovação	Eixo I – Qualificar para inserir os jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Coesão territorial e Sustentabilidade ambiental	Eixo III – Resposta Integrada em Alcoologia Eixo IV – Resposta Social aos Consumos Ilícitos Eixo V – Organização Familiar
Eficiência nos mercados	Eixo I – Qualificar para inserir os jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo
Qualificação, Emprego e Coesão social	Eixo I – Qualificar para inserir os jovens Eixo II – Reconversão Profissional e Empreendedorismo

Nível Regional

➤ **Norte 2015**

O *NORTE 2015* é uma iniciativa pública de preparação e definição da estratégia de desenvolvimento regional do Norte de Portugal pós-2006, promovida em parceria pela CCDR-N e Conselho Regional do Norte. É um processo de concertação estratégica para o desenvolvimento regional entre 2007-2013 que visa ser um programa de reflexão, debate e concertação prospectivos à escala regional.

Objectivos:

- ✓ Promover espaços policêntricos de auscultação e debate;
- ✓ Estabelecer procedimentos de estudo e de observação da coesão económica, social e territorial, bem como dos impactos regionais do alargamento da União Europeia e, em geral, da globalização económica;
- ✓ Equacionar instrumentos de política que permitam esbater muitas das principais assimetrias inter e intra regionais e que assegurem, por essa via, não só a coesão económica, social e territorial do Norte como do próprio País;
- ✓ Definir prioridades e vectores de desenvolvimento que permitam aumentar significativamente a coesão intra-regional e nacional;
- ✓ Gerar consensos alargados sobre as questões decisivas para o desenvolvimento da região.

Eixos prioritários:

1. Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal

- Qualificação das Dinâmicas Territoriais

2. Acções Integradas de Base Territorial

- Acções Integradas de Base Territorial-Empregabilidade

3. Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

- Ensino Profissional
- Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local
- Certificar competências em TIC
- Assistência Técnica (FSE)

II - PLANEAMENTO INTEGRADO INSTITUCIONAL

Nível Local

O PDS deve também integrar orientações de programas a nível localmente com os diversos planos, projectos, serviços e sectores específicos do Município, criando sinergias com vista a uma acção cada vez mais integrada e concertada, que reflecte o planeamento conjunto e as vontades consensualizadas para o desenvolvimento social.

Quando se fala de planeamento integrado institucional passa-se para a articulação da intervenção a nível concelhio, assente em medidas e entidades parceiras como:

- _ Rendimento Social de Inserção
- _ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- _ Conselho Municipal de Educação
- _ Plano Director Municipal
- _ Carta Educativa
- _ Sectores do Município (Educação, Acção Social, Habitação, Cultura, Ambiente, Juventude, Desporto ...)
- _ Planos/ Programas/ Projectos específicos

➤ ***Rendimento Social de Inserção***

«Consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção social por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades...»

Com o objectivo de combater a pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social,

laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social. A Rede Social perspectiva neste contexto de inserção dos mais desfavorecidos, a integração e focalização em medidas de políticas sociais com os parceiros do Rendimento Social de Inserção. A aposta poderá centrar-se em reuniões; debates sobre a pobreza nas instituições; realização de estudos e criação de um sistema de respostas institucionais para a inserção, entre a Comissão Local de Acompanhamento do RSI e o Conselho Local de Acção Social.

➤ ***Comissão de Protecção de Crianças e Jovens***

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da Criança e do Jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Sendo já o trabalho da CPCJ, um trabalho em parceria a Rede Social pretende contribuir positivamente bem como reforçar este trabalho, no âmbito dos projectos que os parceiros definam/ proponham. De acordo com esta linha de orientação a Rede Social perspectiva encontros com parceiros e a criação de uma cultura de parceria entre a Comissão Alargada/ Conselho Local de Acção Social e quando necessário e planeado, com equipas de trabalho, que articularão com a CPCJ.

➤ ***Conselho Municipal da Educação***

É uma instância de coordenação e consulta que tem por objectivo promover a coordenação política educativa, articulando a intervenção com outras políticas de saúde, acção social, formação e emprego. Esta instância tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, analisando e acompanhando o

funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo e tem como competência elaborar e actualizar a Carta Educativa do concelho.

Neste sentido, a Rede Social pretende desenvolver encontros que contribuam para o aumento do envolvimento dos agentes educativos, parceiros no Conselho/ Rede de forma a se alcançar uma articulação co-responsabilizaste. Neste sentido, quer-se uma actuação convergente e não dispersante ao nível das respostas a criar na área da Educação.

➤ ***Carta Educativa***

A Carta Educativa de Lousada pauta-se por uma Análise da situação actual e a evolução onde se retrata as ofertas de equipamentos existentes ao nível da Educação e Formação e uma Análise prospectiva e de tendências futuras; uma caracterização do concelho com as suas potencialidades e ameaças com vista à definição das linhas estratégias e propostas de intervenção.

➤ ***Plano Director Municipal***

Enquanto “instrumento coordenador e mais privilegiado da política de ordenamento do território e de gestão dos espaços componentes Município e instrumento de política de desenvolvimento económico e social” o PDM é um documento de particular importância ao nível municipal, dado que a s suas previsões e o seu cumprimento terão impacto na vida da população do concelho de Barcelos.

Assim, para que o PDS resulte objectivamente como um instrumento adicional e integrante das políticas sociais activas e da intervenção social deve integrar um dos instrumentos das políticas de ordenamento do território a nível local, que é o caso do

PDM. A efectivar-se esta preocupação, o Programa da Rede Social será mais que um programa, que passando a ser uma metodologia de trabalho, a ser privilegiada e assumida pelas instituições do Concelho, contribuindo-se desta forma para um melhor e mais sustentado desenvolvimento social do Concelho. Assim, a implementação do Plano de Desenvolvimento Social deve articular-se com este instrumento concelhio.

Lousada encontra-se a desenvolver o trabalho em matéria de revisão do PDM, deste modo será desejável que com a implementação do PDS se trabalhe, sempre que possível em conjugação com os serviços do PDM.

Assim, a implementação do Plano de Desenvolvimento Social deve articular-se com Plano Director Municipal nos mais variados sectores, destacando-se: Relatório dos Equipamentos Colectivos - Relatório das Actividades Económicas; Relatório da Caracterização Biofísica e Ambiental.

III - MODELO DE PLANEAMENTO PARTICIPADO

Pretende-se uma actuação integrada e convergente através do estabelecimento de procedimentos, para que os diferentes programas, intervenções, iniciativas e serviços que desenvolvem actividade no concelho, concorram, em aspectos específicos, para a concretização dos objectivos definidos conjuntamente.

Estes procedimentos materializam-se através do modelo de planeamento participado (adiante apresentado), que será programado nos Planos de Acção, onde conste os planos de actividades de cada entidade e, ainda, pela representação nos Grupos Temáticos e Equipas de trabalho da Rede Social.

Cabe ao Núcleo Executivo e ao Conselho Local de Acção Social a responsabilidade em desenvolver esta forma de trabalho, contribuindo para:

- O planeamento integrado institucional da intervenção;
- A resolução dos problemas sociais;
- O reforço do trabalho em parcerias estratégicas;
- A optimização de recursos existentes (disponibilização).

Articulação	Meios	Resultados Esperados
Atendimento de Acção Social	MEISI	Atendimento integrado, concertação da intervenção; melhoria das competências técnicas; avaliação do modelo
Articulação interinstitucional concelhia	Fóruns; Actividades de animação sociocultural conjunta.	Concertação de meios, recursos, competências

IV - PLANEAMENTO INTEGRADO DE PROJECTOS E CANDIDATURAS

A implementação do PDS coloca vários desafios para se sustentar a dinâmica institucional construída na fase de planeamento. Contudo este planeamento deve ser

contínuo e constantemente dinamizado para que os parceiros envolvidos participem activamente na sua reformulação. Esta deve ser ainda, acompanhada de uma implicação nos processos de candidatura, elaboração de projectos e execução para que os objectivos dos projectos/candidaturas se enquadrem nos eixos de intervenção do PDS e por conseguinte, nos problemas e nas necessidades identificados no concelho.

Ao nível de candidaturas perspectiva-se que se proceda a uma divulgação conjunta da informação, de forma a estabelecer-se um caminho transparente e um processo de decisão concertada, quando se tratar de planejar a intervenção no concelho.

Paralelamente em situações de candidatura, deve proceder-se a reuniões entre os parceiros interessados para que sejam elaboradas em colectivo/parceria, para tornar transparente o percurso da candidatura.

O modelo de planeamento das candidaturas deve sempre ter como base a metodologia participativa para promover uma parceria social alargada face a objectivos assumidos colectivamente e à mobilização dos recursos existentes.

➤ *Critérios para emissão de parecer*

Critério	Definição	Descritor	Melhor	Pior	Bom	Neutro
Pertinência	O critério pertinência avalia o modo como a candidatura/projecto se enquadra nos instrumentos de planeamento do CLAS (Diagnósticos Sociais, PDS; Planos de Acção elaborados e aprovados pelo Plenário do CLAS). Distingue as necessidades reflectidas nos instrumentos de planeamento do CLAS, acima mencionados, das necessidades diagnosticadas em outros instrumentos (exemplo: pré-diagnósticos elaborados e aprovados pelo Plenário do CLAS e/ou outros diagnósticos alternativos) ainda sem referência nos primeiros. Considera ainda a prioridade das necessidades tendo em conta as seguintes características: urgência e importância. Na graduação das necessidades a que a candidatura/projecto respondem, quando a prioridade é semelhante, dá-se mais importância às situações em que a identificação destas necessidades ocorre nos instrumentos de planeamento do CLAS, do que àquelas em que o diagnóstico é feito em outros instrumentos/condições.	Construído, Qualitativo, Discreto	A candidatura/projecto responde a necessidade(s) de prioridade elevada (entre as mais urgentes e as mais importantes) diagnosticada(s) e identificada(s) nos instrumentos de planeamento do CLAS.	A candidatura/projecto responde a necessidade(s) não prioritária(s), não diagnosticada(s) nem identificada(s) nos instrumentos de planeamento do CLAS.	Melhor	Pior
Subsidiariedade	O critério subsidiariedade avalia em que medida foram verificados/equacionados/explorados todos os recursos e/ou potencialidades disponíveis no território (concelho) susceptíveis de ser rentabilizados (parcial ou totalmente) para responder à(s) necessidade(s) diagnosticada(s), objectivos e destinatários previstos na candidatura/projecto.	Construído, Qualitativo, Discreto	Não existem outros recursos e/ou potencialidades disponíveis no território (concelho) susceptíveis de ser rentabilizados para responder à(s) necessidade(s) diagnosticada(s) na candidatura/projecto.	Existem outros recursos e/ou potencialidades disponíveis no território (concelho) que respondem à(s) mesma(s) necessidade(s) diagnosticada(s) na candidatura/projecto.	Melhor	Pior
Concertação	O critério concertação pretende avaliar em que medida a candidatura/projecto apresentada resulta de acordo prévio em sede de CLAS, relativamente à candidatura/projecto e à(s) entidade(s) detentora(s) de melhores condições para a sua apresentação.	Construído, Qualitativo, Discreto	A candidatura/projecto foi concertada em sede de CLAS tendo sido acordado que a entidade que a apresenta detém as melhores condições para a sua execução.	A candidatura/projecto surge por iniciativa da entidade que a apresenta sem concertação com o CLAS.	Melhor	Pior
Parcerias	O critério parceria avalia a existência de um trabalho de parceria na concretização da candidatura/projecto, que possibilite a gestão partilhada de recursos, em que cada parceiro potencia a sua especialidade para uma maior qualidade da resposta à população. Distingue as seguintes características reveladoras da qualidade/credibilidade da parceria: identificação dos parceiros, definição dos papéis/responsabilidades, bem como dos recursos a disponibilizar por cada um. Os recursos são entendidos de uma forma alargada, considerando-se recursos humanos, financeiros ou materiais.	Construído, Qualitativo, Discreto	Estão identificados na candidatura/projecto, os parceiros, as respectivas responsabilidades e os recursos a disponibilizar por cada um na concretização do projecto.	Não existe nenhum trabalho de parceria na concretização do projecto.	Melhor	Pior
Inovação	O critério inovação avalia a existência de componentes aos níveis da metodologia, estratégia ou resultados, que permitam distinguir a candidatura/projecto face às práticas correntes. Uma candidatura/projecto inovador prevê uma intervenção distinta da que já é utilizada no território (área geográfica de incidência do projecto), quer pelo seu carácter não tradicional, quer pela criação de um serviço diferente para aquela população.	Construído, Qualitativo, Discreto	A candidatura/projecto integra elementos de inovação e de boas práticas validadas e inexistentes no território (área geográfica de incidência do projecto).	Não existem elementos de inovação nem de boas práticas na candidatura/projecto.	Melhor	Pior
Divulgação	O critério divulgação avalia a existência de mecanismos na candidatura/projecto que permitam alimentar o sistema de informação da Rede Social (dimensão local e/ou nacional) quanto à situação e resultados da mesma.	Construído, Qualitativo, Discreto	A candidatura/projecto apresenta/define estratégias/formas de divulgação que incluem o sistema de informação da Rede Social (dimensão local e/ou nacional).	A candidatura/projecto não apresenta/define estratégias de divulgação.	Melhor	Pior
Empregabilidade	O critério empregabilidade avalia em que medida a candidatura/projecto cria ou mantém postos de trabalho e promove a qualificação dos recursos humanos.	Construído, Qualitativo, Discreto	A candidatura/projecto cria novos postos de trabalho e prevê acções de qualificação dos recursos humanos.	A candidatura/projecto mantém postos de trabalho existentes mas não prevê acções de qualificação dos recursos humanos.	Melhor	Pior
Sustentabilidade	O critério sustentabilidade avalia o modo como é equacionada a continuidade da resposta/serviço no futuro, finda a fase de implementação da candidatura/projecto.	Construído, Qualitativo, Discreto	A sustentabilidade futura da resposta/serviço é garantida maioritariamente por recursos privados da própria Instituição ou de outras entidades privadas.	A candidatura/projecto não indica forma/meio de garantir a sustentabilidade futura da resposta/serviço.	Melhor	Pior

V - AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PDS

Monitorização

A Monitorização é o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção de forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas.

É um processo de apoio ao planeamento, que permite coordenar, imprimir coerência à intervenção, moderar possíveis conflitos, propor alternativas em caso de impasse, valorizar os contributos e o potencial de cada parceiro.

A Monitorização prevista neste domínio será a do Controlo da Execução das Acções previstas em Plano de Acção, sendo que a monitorização do impacto e dos resultados será realizada no Sistema de Informação. Para tal, são necessários mecanismos de “controlo” da implementação dos projectos definidos no PDS: um quadro de registo dos desvios e a sua fundamentação (em ANEXO, Instrumento de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Acção) e a emissão de relatórios que darão o retorno da informação às instituições.

Objectivos da Monitorização:

- ✓ Avaliar o desvio entre as actividades previstas em Plano de Acção e as actividades realizadas;
- ✓ Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação.

- ✓ Accionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detecte oportunidades ou insuficiências na execução do Plano;
- ✓ Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros das instituições;

Entidade Responsável: Núcleo Executivo da Rede Social.

Indicadores: Os Indicadores de Controlo sobre a execução são os que constam no Plano de Acção.

Acompanhamento

O Acompanhamento do processo será assegurado pela técnicas da Rede Social, sendo este, um recurso atento às necessidades dos interlocutores, à identificação de recursos e à criação de canais de acesso para a partilha de informação (planos enquadradores da intervenção, abertura de candidaturas a programas ou medidas, formações, seminários, estatísticas, etc.).

O processo de acompanhamento alimenta a capacidade dos parceiros com informação e procura estabelecer novas relações sempre que estas se verificarem como necessárias ao desenvolvimento das acções. É uma entidade facilitadora que coordena as intervenções em curso, que organiza e presta apoio logístico aos momentos de trabalho das intervenções integradas no PDS, promovendo as parcerias activas e participativas, dinamizando os grupos de trabalho, dando assim, um impulso continuado ao trabalho que se pretende desenvolver.

Avaliação

A avaliação é uma etapa transversal do processo de planeamento, sendo fundamental a este. Segundo o documento do Plano de Desenvolvimento Social do IDS, “a avaliação é irmã gémea do planeamento porque acompanha o processo de elaboração do PDS, podendo ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria. Tal significa que a avaliação não serve para fiscalizar, nem apontar e punir culpados, devendo ser encarada como um momento de reflexão útil e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das acções”.

A avaliação questiona e clarifica o Plano, é um processo dinâmico que permite a verificação da concretização dos objectivos, do impacto da acção e que leva à reflexão e à redefinição da intervenção.

Objectivos da Avaliação

- ✓ Avaliação durante o processo de operacionalização do PDS, do impacto e dos resultados da intervenção, produzidos pelo trabalho da Rede Social e do Conselho Local de Acção Social, no território, nas instituições e nos beneficiários;
- ✓ Capacitação das instituições e técnicos de competências de avaliação;
- ✓ Incorporação de práticas de auto-avaliação nas acções e nos processos de desenvolvimento organizacional das instituições pertencentes ao CLAS;
- ✓ Instrumento que proporciona a participação e a tomada de decisões (permite decidir, redefinir e corrigir a intervenção);
- ✓ Qualificação da intervenção.

Modalidades de Avaliação:

➤ **Avaliação Contínua**

Avaliação (On – Going), de acompanhamento da intervenção. No final de cada ano será emitido um relatório intermédio, havendo no final do presente PDS (2011) um relatório final.

Entidade Responsável:

Coordenação: Núcleo Executivo da Rede Social.

Suporte Institucional: Câmara Municipal de Lousada.

Parceria de Suporte: Entidades pertencentes ao Núcleo Executivo e outras a definir.

Crítérios e Indicadores de Avaliação:

Os critérios e indicadores de avaliação, trabalhados em diferentes níveis: Efeitos e Impactos da intervenção, Resultados esperados e obtidos dos projectos, serão elementos que para além de constarem do Relatório de Avaliação, serão também integrados no Sistema de Informação.

Avaliação no contexto de intervenção em rede

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais

Tipologia de Avaliação

A avaliação do PDS deve ser contínua, com momentos previstos para tal no plano de acção e com a participação dos parceiros. O âmbito desta avaliação deve ser sobretudo centrada no processo e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância pertinência dos objectivos tal como foram traçados.

No término da vigência do PDS deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

Participantes

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança.

Pressupostos organizacionais para a avaliação

- Clima de transparência e partilha de informação
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação
- Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social
- Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objectivos da avaliação

Áreas de incidência da avaliação

(estes indicadores são apenas referências de suporte)

Indicadores organizacionais:

- Capacitação técnica e institucional
- Partilha e acesso a informação relevante
- Articulação e integração das intervenções
- Níveis de parceria e contratualização
- Partilha de recursos inter organizações

Indicadores de resultado:

(verificar nas Matrizes de Enquadramento Lógico dos projectos no PDS)

- Respostas, Produtos, Serviços

Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no PDS:

- Sustentabilidade
- Qualidade
- Boas práticas da intervenção
- Empowerment
- Igualdade de oportunidades
- Acesso ao emprego
- Dinâmica empresarial

Plano de avaliação

Objectivos da avaliação do PDS

1. Alcançados em 2011 com a avaliação final.
2. Intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas.
3. Desenvolvimento social do concelho é mensurável de acordo com os impactos do PDS.
4. A rede social faz a avaliação “on going” e final participada da sua intervenção.
5. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros.

Passo a passo da avaliação

1. Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
2. Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;
3. Os indicadores de input e output estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
4. Está definido o modelo de relatório de avaliação;
5. O sistema de feedback está definido e contratualizado;
6. Os destinatários da avaliação estão identificados.

Metodologia de Implementação

- Acompanhamento das reuniões de CLAS Núcleo executivo e projectos e parcerias;
- Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria;
- Moderação e facilitação de workshops de avaliação dos projectos e intervenções em curso;
- Divulgação dos resultados em seminários temáticos;
- Avaliação e auto avaliação da participação na rede social;
- Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria;
- Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;
- Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;
- Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação;
- Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho.”